

GUERRAS CULTURAIS E FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DISCURSIVO

CULTURAL WARS AND IMAGINARY FORMATIONS OF BRAZILIAN POLITICAL POLARIZATION: A DISCURSIVE STUDY

Mailson Fernandes Cabral de Souza **1**
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo **2**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os efeitos da polarização política no debate público. Tomamos como corpus três textos, um no site do Jornal Folha de São Paulo e dois no site Justificando, pertencente à revista Carta Capital. Eles compõem um debate ocorrido, no final do mês de novembro de 2017, entre dois articulistas sobre os sentidos da polarização. O marco teórico-metodológico para o estudo foi o da Análise do Discurso de linha francesa e os principais conceitos utilizados foram os de formações imaginárias, antecipação, efeitos de sentido e posição-sujeito. Como resultado, observamos que o efeito polarizante das guerras culturais inviabiliza a construção de pautas comuns no debate político, não permitindo uma ruptura com o discurso da política enviesada.

Palavras-chave: Polarização; Antipetismo; Esquerda; Formações Imaginárias.

Abstract: This paper aim to analyze the effects of political polarization on public debate. We took as corpus three texts, one on the Folha de São Paulo newspaper website and two on the Justificando website, belonging to the magazine Carta Capital. They compose a debate that took place at the end of November 2017 between two writers on the meanings of polarization. The theoretical-methodological framework for the study was the french Discourse Analysis and the main concepts used for the composition of the analysis were those of imaginary formations, anticipation, effects of sense and position-subject. As a result, we observe that the polarizing effect of cultural wars makes it impossible to construct common guidelines among groups engaged in political debate, not allowing a break with the politics discourse.

Key-words: Polarization; Antipetismo; Left; Imaginary Formations.

Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente é colaborador e membro do Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife, localizado na UNICAP. Tem experiência na área de pesquisa em Ciências da Religião e Análise do Discurso de linha francesa. E-mail: mailsoncabral@yahoo.com.br **1**

Professora adjunta II da Universidade Católica de Pernambuco, atuando na Graduação em Fonoaudiologia e como professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências da Linguagem. E-mail: nadiaazevedo@gmail.com **2**

Introdução

Desde que se acirrou o processo de polarização política na história recente do Brasil, que tem como marco o segundo turno das eleições presidenciais no final de 2014, o país tem experimentado o fenômeno das guerras culturais de forma mais acentuada. Melhor dizendo, de uma de suas facetas, a do espectro político entre antipetismo e esquerda.

A experiência que agora vamos relatar diz respeito justamente às ambiguidades ideológicas dessa polarização. Esse fenômeno se caracteriza pela defesa de que se deve estar ou ao lado da esquerda, aderindo-se aos seus respectivos valores políticos e culturais, ou ao lado do antipetismo, que tem como sua principal marca uma oposição radical ao Partido dos Trabalhadores, associando-o como principal agenciador dos casos de corrupção política no país.

Em 21 de novembro de 2017, Pablo Ortellado, filósofo, escreveu em sua coluna no Jornal Folha de São Paulo um texto intitulado *A polarização não está nos deixando pensar*. O artigo tratava das consequências negativas do processo de polarização e seus reflexos sociais, que impediriam a população de se reunir em torno de pautas comuns, dividindo o debate político entre antipetismo e esquerda. Ele, em conjunto com outros pesquisadores, tem se dedicado ao estudo desse problema, tendo outras publicações tanto em periódicos científicos como em jornais de grande circulação sobre o tema. No entanto, o referido texto, suscitou uma reação inusitada de um articulista da Revista Carta Capital, o sociólogo, Luís Felipe Miguel, que também tem se ocupado na análise dos processos políticos na história brasileira. Ele publicou um texto no dia 23 do mesmo mês, com o título *Pensar também tem lado: resposta ao texto de Pablo Ortellado*, defendendo a necessidade de se disputar contra o discurso de negação dos direitos sociais e argumentando que o posicionamento sustentando por Ortellado ao se pretender neutro, alinharia-se ao discurso da direita, visto que ao substituir o par direta/esquerda pelo antipetismo/esquerda ele deixaria de realçar as diferenças entre esses dois campos. Tal resposta, suscitou uma tréplica de Ortellado no dia 29 do mesmo mês, intitulado *Independência não é meio termo: resposta à Luis Felipe Miguel*, no próprio site da Carta Capital. Nele, o autor nega a pretensão à neutralidade e afirma que a polarização criaria uma falsa dicotomia de posições políticas possíveis de serem assumidas pela população.

Nessa discussão, o posicionamento assumido pelo colunista da Carta Capital acaba aderindo justamente ao processo ideológico que é criticado por Ortellado. Isso nos despertou o interesse em analisar, no debate entre os dois, o funcionamento discursivo da polarização. Tomando como arcabouço teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa, elaboramos as seguintes questões: que formações imaginárias emergem dos discursos polarizados? De que modo são representados os discursos desviantes desse embate nessas formações? Partimos do pressuposto que as diferenças e contradições observadas no corpus não se situam no nível sintático ou lexical, mas nas formações imaginárias que dominam os textos em seu conjunto, sendo identificáveis pelas relações de antecipação do dizer do outro nessas formações. A instância ideológica, por meio do funcionamento discursivo, determina os sentidos da polarização no debate público. Tendo em vista isso, nosso interesse se centrou nas características semântico-argumentativas dos enunciados, como elas operam sob o mecanismo de antecipação e as formações imaginárias representadas pelas posições-sujeito no processo de interlocução.

Num primeiro momento, realizaremos uma contextualização do problema da polarização e como ele está inserido no fenômeno das guerras culturais. Em seguida, apresentaremos o quadro teórico mobilizado para a análise e os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida, analisaremos o funcionamento discursivo do corpus e, finalizando, apontaremos alguns encaminhamentos e contribuições possíveis para a discussão sobre o processo de polarização a partir desse estudo.

As guerras culturais no Brasil

O termo guerras culturais designa os discursos que têm como pauta temas morais, tais como aborto, homossexualidade, legalização das drogas e maior rigidez do sistema penal, subordinando as questões de ordem econômica e sociais à uma perspectiva punitiva, e que ganham cena no debate público, seja dentro ou fora da imprensa (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017). Embora não haja consenso sobre o que teria impulsionado as guerras culturais, tem-se sugerido que o fenômeno seria uma reação ao movimento de contracultura, ocorrido entre as décadas de 1960 e de 1970,

que promoveu um forte questionamento das normas sociais, como também pode configurar numa resposta à fragmentação das identidades coletivas proposta pelos novos movimentos sociais e pelo discurso da pós-modernidade (THOMSON, 2010; GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017).

Inicialmente, esse fenômeno começou a adquirir expressão nos Estados Unidos no final da década de 1980. A divisão clássica no país entre direita liberal, que tinha como marca a defesa da meritocracia baseada na livre iniciativa, e a esquerda, caracterizada pela defesa de intervenções políticas para a promoção da justiça social, torna-se subordinada ao antagonismo entre conservadorismo e progressismo (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017). Esse novo par opositor reorganiza a divisão do debate: o discurso liberal, que tinha em sua forma os pressupostos da moderação e do bom senso e encarava as questões socioeconômicas como problemas comuns de gestão, passa a expressar um discurso hostil aos mais pobres. Já o discurso socialista, que colocava em questão os pressupostos do sistema econômico de mercado, era radical em sua oposição ao *establishment*, sendo taxado de extremista pela oposição, adquiri um caráter mais compreensivo e solidário, apelando para a moderação. É o antagonismo moral que reorganiza a ordem do debate público, dando-lhe uma nova ordem: “o debate clássico que opunha liberais e socialistas tinha um fundamento comum de valores que foi erodido pela cisão em visões morais de mundo incomensuráveis” (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 38-39).

O que está em questão nas guerras culturais, portanto, não é o que as pessoas pensam ou acreditam, mas a opinião pública, isto é, os significados e entendimentos enunciados pelos movimentos identitários que procuram enquadrar a forma de pensar dos cidadãos. Estabelece-se, desse modo, o terreno de disputa do *eu* versus o *adversário*, direcionando os debates públicos e, conseqüentemente, a opinião pública para um dos polos. Segundo Thomson (2010), esse fenômeno não é novo no campo político, o que aparece como ponto de diferenciação na contemporaneidade é uma maior conscientização e valorização do termo cultura e daqueles que procuram moldá-la, ou seja, a consciência de competição por dominância cultural tem se tornado mais evidente, tomando o centro dos embates discursivos.

No caso brasileiro, os principais temas que definem os grupos conservadores e progressistas no debate político brasileiro podem ser agrupados da seguinte forma:

Campo conservador: Precisamos punir os criminosos com mais tempo de cadeia, A pena de morte deve ser aplicada para punir crimes graves, Menores de idade que cometem crimes devem ir para a cadeia, O cidadão de bem deve ter o direito de portar arma, Os direitos humanos atrapalham o combate ao crime, O lugar da mulher é em casa cuidando da família, A união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, Fazer aborto é sempre errado, As escolas deveriam ensinar valores religiosos, Os valores religiosos deveriam orientar as leis, O bolsa-família estimula as pessoas a não trabalhar.

Campo progressista: Fazer aborto deve ser um direito da mulher, Não se deve condenar uma mulher que transe com muitas pessoas, Cantar uma mulher na rua é ofensivo, A mulher deve ter o direito de usar roupa curta sem ser incomodada, Os negros ainda sofrem preconceito no Brasil, A polícia é mais violenta com os negros do que com os brancos, Cotas são uma boa medida para fazer com que os negros entrem na universidade, Dois homens devem poder se beijar na rua sem serem importunados, A escola deveria ensinar a respeitar os gays, Travestis devem poder usar o banheiro feminino, Deveria ser permitido aos adultos fumar maconha (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 39-40 [grifos nossos]).

Um questionário foi formulado e aplicado com base nesses eixos temáticos por Gallego, Ortellado e Moretto (2017) nas manifestações de 25 de março de 2017, em apoio à Operação Lava Jato, e as de 31 de março de 2017, nas manifestações contra a reforma da previdência, a fim de verificar como as guerras culturais se estruturam no cenário nacional. Na pesquisa, os

autores observaram que os grupos de esquerda/progressistas – em sua grande maioria, filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) ou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – apresentam maior grau de unidade em relação às pautas que lhes foram atribuídas do que os grupos conservadores. O que marca a unidade de resposta dos discursos conservadores é o discurso punitivo, isto é, a rejeição aos programas sociais e de redistribuição de renda, a antipolítica e o antipetismo. Esse último apresentou-se como o grande fator de coesão do novo populismo de direita que surge em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff e que continua mobilizando manifestações públicas como, por exemplo, o Partido Novo, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem para a Rua.

A esse respeito, os autores fazem um interessante apontamento de como o antipetismo e a antipolítica dão coesão aos discursos conservadores:

Para este grupo presente, que se define majoritariamente de direita e conservador, o discurso antipetista é o grande fator de coesão e identidade: 84.8% se definiram como muito antipetistas. [...] Por outro lado, também o discurso de negação da política tradicional e rejeição do partido político é amplamente aceito entre eles. Além do antipetismo, que aparece como maior fator de coerência, o discurso antipolítico, resumido no slogan “faxina geral”, está se transformando num importante fator de coesão para estes grupos (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 43-44).

Esses grupos têm a construção da sua identidade com base na negação do adversário, isto é, do petismo e da política tradicional, sem, no entanto estabelecer características internas afirmativas, como o apoio às políticas neoliberais. É precisamente nesse ponto que o fenômeno das guerras culturais no Brasil se difere do caso americano: o discurso conservador não reorganiza nem adere às pautas liberais, mas se firma no antagonismo moral à um partido, no populismo e na reprovação da política tradicional. Isso é sintetizado na caracterização proposta pelos autores para o fenômeno: “Identidade conservadora não neoliberal, punitiva, que toma forma num populismo antipetista e antipolítico” (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 45).

Pelo que precede, podemos afirmar que as guerras culturais no Brasil são protagonizadas pelos movimentos identitários de esquerda/progressista e de direita/conservador. Eles demandam que as pessoas sejam sujeitos ativos no debate público e se mobilizem contra o seu oponente. No entanto, elas estão dispensadas de vê-lo. Melhor dizendo, os movimentos já ditam como o adversário deve ser visto. Com isso, há uma interdição à interpretação dos sentidos que estão em disputa e das possibilidades de leitura do conteúdo desses debates. Os sentidos em disputa já estão dados, isto é, cerceados.

É justamente a representação das imagens de si, do outro e do objeto em disputa que surgem no contexto dos discursos da polarização que nos interessam. Para adentrar a esse ponto, utilizaremos como marco teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa.

Um pouco de teoria: condições de produção e formações imaginárias

A análise do Discurso (doravante AD) é uma disciplina surgida no final da década de 1960, na França, e que tem como seu objeto o discurso. A AD tem o seu quadro epistêmico constituído a partir das filiações com a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Michel Pêcheux, seu principal expoente e fundador, propôs uma forma de pensar o discurso articulando questões referentes ao sentido, à ideologia e ao inconsciente. Para ele, a constituição de uma teoria do discurso necessita de uma interlocução com os saberes dessas diferentes disciplinas: “a teoria do discurso não pode de forma alguma substituir uma teoria da ideologia, da mesma forma que não pode substituir uma teoria do inconsciente, mas ela pode *intervir* no campo dessas teorias” (PÊCHEUX, 1997, p. 161 [grifo do autor]). É a partir desse ponto de interseção que se constitui a prática teórica e analítica da AD: observar como a língua se inscreve na história para significar e como sentidos e sujeitos são constituídos pela ideologia e pelo simbólico (ORLANDI, 2001).

Na AD, o discurso não é entendido como uma mensagem, no sentido de um esquema

informacional emissor-mensagem-receptor elaborado por Roman Jakobson, em que ela é tida tão somente como transmissão de informação, mas como um efeito de sentidos entre os interlocutores em uma determinada conjuntura sócio-histórica (PÊCHEUX, 1997). Com isso, o sujeito do discurso é considerado como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, circunscrito em um processo histórico que lhe regula o que pode ser dito ou não. Em outras palavras: “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2001, p. 39).

Sob esse viés, a noção de sujeito passa a ser entendida como uma posição discursiva e não como uma referência direta a um sujeito empírico. O sujeito designa um lugar na estrutura de uma formação social. Esses lugares são representados nos processos discursivos, funcionando sob uma série de formações imaginárias que designam os lugares que os sujeitos atribuem a si e ao outro assim como a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar de A e B se atribuem cada um a si e ao outro, imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p.82).

As regras de projeção que são dadas para esse funcionamento numa formação social regulam tanto “as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” como as “diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições” (PÊCHEUX, 1997, p. 82-83), não havendo biunivocidade nessa relação.

No jogo das posições discursivas, há sempre uma questão implícita cuja resposta subentende uma formação imaginária que lhe seja correspondente, estabelecendo uma antecipação das representações do interlocutor. Consideremos o seguinte conjunto questões implícitas no processo de interlocução:

Expressões que designam as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: (PÊCHEUX, 1997, p. 83-84)

É sob esse jogo de antecipação e resposta que as formações imaginárias se assentam. Elas se referem as “representações das diferentes instâncias do processo discursivo” (PÊCHEUX, 1997, p. 85), sendo essas representações o resultado de processos discursivos anteriores e que constituem uma rede de dizeres possíveis de serem enunciados pelos sujeitos. Dessa forma, a posição discursiva é produzida pelas formações imaginárias. O centro de análise não são os locutores empíricos, porém a posição que eles ocupam na ordem do discurso, pois é ela que faz significar o seus dizeres de um modo determinado. Sob essa forma, as condições de produção estão presentes nos processos de

identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos.

As condições de produção designam o domínio de constituição dos sentidos de um discurso em relação à conjuntura sócio-histórica em que ele é produzido: “Podemos considerar as condições em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2001, p. 30). Em síntese, elas são compostas pelo entrelaçamento entre a língua e historicidade e a formação social e as formações imaginárias.

Nesse sentido, as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção são sempre ideologicamente orientadas, sendo a ideologia entendida como um processo por meio do qual os sentidos ganham corpo dentro das relações sociais:

[...] é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como dispositivo de retomada do jogo (PÊCHEUX, 2014, p. 146 [grifos do autor]).

Numa palavra, o processo de produção de um discurso é atravessado pela ideologia e pela história para que possa significar. O discurso é sempre enunciado a partir de suas condições de produção, situando a posição dos sujeitos no interior das relações de força existentes em uma formação social, remetendo às relações de sentido sob as quais é produzido e articulando-se aos dizeres que o antecedem para que possa fazer sentido:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1997, p. 77 [grifos do autor]).

Assim, o jogo de imagens não se preestabelece antes que o discurso seja enunciado pelo sujeito, no entanto, vai-se formando conforme se constitui o próprio discurso. São as projeções dessas imagens que permitem ao sujeito passar das situações empíricas para a posição discursiva, e essa posição tem sua significação em relação ao contexto sócio-histórico e à memória – a ordem do saber discursivo, o já-dito (ORLANDI, 2001). Isso permite que o orador experimente o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar, por meio de um mecanismo de antecipação do que o outro irá pensar (PÊCHEUX, 1997). Em conjunto com as relações de força e sentido, a antecipação se torna constitutiva de qualquer discurso, sendo ela mediada pelos modos de resposta dados pelos sujeitos a partir de um contexto histórico e institucional em que estão situados:

É assim, pelo mecanismo de antecipação, que podemos trabalhar com as posições discursivas e não as socialmente empíricas, ou seja, com a perspectiva de significação de onde fala aquele interlocutor e para onde projetamos uma suposta origem e, portanto, um suposto (mas uma suposição necessária) sujeito. É assim que dizemos que sujeito e sentidos se constituem simultaneamente (ZIMMERMANN; SILVA, 2014, p. 42).

Em resumo, a antecipação permite trabalhar com a situação social dos sujeitos e suas representações imaginárias dentro de um processo discursivo a partir do conceito de formações imaginárias. Essas formações, como afirma Pêcheux (1997, p. 85), não têm uma origem em si, mas resultam de processos discursivos que lhe são anteriores, “provenientes de outras condições de produção que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”.

Esses dizeres sedimentados são conceituados na AD como interdiscurso, isto é, a rede de memórias que torna possível a perspectiva do dizível num processo discursivo (ORLANDI, 2001). Visto que as palavras significam na língua e na história, os dizeres que são capazes de serem enunciados pelo sujeito em uma dada conjuntura são disponibilizados pelo interdiscurso:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito interdiscursivo: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 33-34).

O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico em que se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, e contradição em uma dada conjuntura histórica (PÊCHEUX, 2014). O que, por sua vez, irá delimitar e regular a ordem do dizer dos sujeitos numa posição discursiva é a formação discursiva (FD), sendo ela definida da seguinte forma:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PÊCHEUX, 2014, p.147).

Essa noção possibilita estabelecer as regularidades no funcionamento do discurso, isto é, os domínios semânticos sob os quais as palavras adquirem seus sentidos. Ela é atravessada por pré-construídos, ou seja, discursos que vieram de uma construção anterior e exterior e que correspondem: “ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (PÊCHEUX, 2014, p. 151).

As FDs estabelecem o vínculo entre discurso e ideologia no processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos do seu discurso. As FDs estão entrelaçadas ao conceito de formações ideológicas (FI). As FIs designam as relações de força marcadas pela ideologia numa determinada formação social, expressando-as pela linguagem. Por sua vez, isso constitui, para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), num “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”.

As FIs se caracterizam como um elemento capaz de intervir em uma formação social como uma força em confronto com outras forças numa conjuntura ideológica. Elas integram como um dos seus componentes uma ou mais FDs interligadas, regulando a perspectiva do dizível. Assim, os sujeitos, ao enunciarem, sempre falam inscritos em uma FD, em uma posição-sujeito que ocupam, sendo esse local sempre atravessado constitutivamente pela ideologia, por meio das FIs.

Tendo até aqui apresentado o quadro teórico sobre o qual se alicerça a nossa análise, passaremos a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para a composição da nossa análise.

Procedimentos metodológicos

Para compor *corpus* de análise, tomamos três textos que circularam na internet em novembro de 2017: um no jornal Folha de São Paulo por Pablo Ortellado e dois na página Justificando, pertencente à revista Carta Capital – uma réplica escrita por Luis Felipe Miguel, uma tréplica feita por Ortellado. O primeiro texto faz uma análise social dos problemas advindos da polarização, o segundo critica o entendimento da polarização apresentado por Ortellado, o terceiro procura mostrar que o autor da réplica não compreendeu a questão levantada.

O propósito foi o determinar como as palavras, expressões e enunciados funcionam

no corpus selecionado com referentes ideológicos diferentes e, eventualmente, antagônicos (PÊCHEUX, 2016). Buscamos compreender como os sentidos e os argumentos sobre a polarização política emergem e circulam nesses discursos.

A fim de estruturar a análise, aderimos ao procedimento analítico da AD, visto que ele permite realizar a comparação dos discursos que compõe o corpus pela sobreposição das marcas linguísticas que evidenciam o funcionamento ideológico do discurso e os efeitos de sentidos que por meio dele se estabelecem nos enunciados (PÊCHEUX, 2016).

As sequências discursivas selecionadas – doze ao todo, divididas em três grupos de quatro sequências para cada texto – estão indicadas em negrito antes de sua apresentação e enumeradas cronologicamente. As marcações feitas aparecerão em itálico.

Sentidos em movimento: análise discursiva

O primeiro texto desenvolve-se em torno de três teses sobre a polarização: a) a de que ela é um processo no qual a opinião se concentra em pontos de vista que negam aquilo que acreditam que seja o ponto de vista do outro; b) que ela não se trata de uma mera concentração de opinião em campos opostos, mas do alinhamento dessas posições; c) ela funciona como um limitador de reflexão e da tomada de uma posição política autônoma. Traremos esses enunciados no recorte abaixo:

Sequência Discursiva 1

1) A polarização não é o processo no qual a opinião se concentra em dois pontos de vista que se negam, mas em pontos de vista que negam aquilo que acreditam que seja o ponto de vista do outro. 2) A polarização não é apenas a concentração da opinião em pontos de vista opostos, mas o alinhamento dessas posições. 3) Como se trata de um alinhamento automático, a polarização limita a reflexão e a tomada de posição política independente.

Com base nesses elementos, constrói-se, no artigo, o que denominaremos como *formações imaginárias sobre a polarização*, em contraste às *formações imaginárias polarizadas*. Essas formações se articulam a partir de posições discursivas distintas. A primeira remete a uma visão acadêmica, crítica sobre o fenômeno, procurando compreender o seu funcionamento e suas nuances, enquanto a segunda se caracteriza como uma posição discursiva dentro desse fenômeno, a partir do efeito polarizante advindo das guerras culturais. Essas posições expressam funcionamentos ideológicos distintos sobre os sentidos que são atribuídos à polarização.

A caracterização feita por Ortellado forma quadros, como o do recorte abaixo, trabalhando a descrição da imagem que os polos fazem de si e do outro no processo de interlocução:

Sequência Discursiva 2

No Brasil de hoje, temos dois campos políticos principais: um campo que se define como “antipetista” e outro que se define como “esquerda”.

O campo antipetista se vê essencialmente como anticorrupção (o PT sendo o caso mais extremo da corrupção que tomou o Estado brasileiro) e o campo da esquerda se vê como o guardião da justiça social.

O antipetismo nega, assim, o que acha que é a esquerda: um campo que defende a corrupção. Já a esquerda nega aquilo que acha que o antipetismo é, a despeito do que diz: uma corrente que traveste de anticorrupção sua ojeriza à ascensão social dos mais pobres.

O antipetismo se vê como anticorrupção, mas é visto como socialmente insensível. A esquerda se vê como defensora da justiça social, mas é vista como corrupta. Cada um se define não pela negação do outro, mas pela negação daquilo que acha que o outro é.

Diante disso, podemos evocar as expressões das formações imaginárias que se destacam na composição da descrição: a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, (*o antipetismo se vê como anticorrupção*); a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, (*a esquerda vista como defensora da corrupção*); a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, (*a esquerda se vê como defensora da justiça social*); a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B (*a esquerda vê que o antipetismo transveste de anticorrupção sua ojeriza a ascensão social dos mais pobres*). O que não entra em questão nessas representações é o ponto de vista sobre R (o objeto de discurso). Nesse caso, podemos nos referir a esse objeto como sendo a disputa pela opinião pública, isto é, a capacidade de mobilizar a população para as suas respectivas pautas. Nesse embate, não é levado em consideração como a população enxerga os polos (*o antipetismo como socialmente insensível e a esquerda como corrupta*), mas a negação do adversário. Ocorre, assim, uma antecipação pela negação.

O mecanismo de antecipação trabalha a produção de oposições perfiladas, sendo as posições políticas tomadas sempre em detrimento da negação do outro:

Sequência Discursiva 3

Quando os antipetistas abraçaram a luta anticorrupção como pauta central, a esquerda, em reação, adotou a tese contrária de que a luta contra a corrupção era uma superficialidade tola, já que os vínculos entre o poder público e as empresas seriam inerentes à sociedade capitalista.

Do outro lado, tão logo a esquerda tomou o Bolsa Família como uma política social exemplar, os antipetistas passaram a vê-lo como um programa assistencialista que manteria os mais pobres em uma condição estrutural de dependência do Estado.

A mesma coisa aconteceu quando o antipetismo se colocou contra a arte elitista irresponsável que expunha crianças à obscenidade e à perversão e a esquerda, em oposição, se colocou a favor da plena liberdade de expressão artística. Por sua vez, quando a esquerda se colocou contra humoristas que, a seu ver, desrespeitavam negros, gays e mulheres, o antipetismo considerou a crítica um excesso e uma patrulha características do politicamente correto.

É necessário retomarmos a conceituação da antecipação a fim de melhor compreender a oposição entre antipetismo e esquerda. A antecipação remete à maneira como o locutor representa as representações de seus interlocutores (ORLANDI, 2001). É ela que permite a passagem da situação empírica para as posições discursivas, estando a imagem do interlocutor sempre mediada pelo funcionamento ideológico. No caso analisado, as formações imaginárias polarizadas estão ideologicamente orientadas pelas guerras culturais. Em função disso, a antecipação é marcada por um alinhamento implícito às tomadas de posição do campo adversário: quando o antipetismo toma como pauta a luta contra corrupção, para a esquerda, a luta contra corrupção aparece como superficial; quando a esquerda toma o Bolsa Família política social exemplar, o antipetismo vê o programa como um assistencialismo que mantém os pobres dependentes do Estado. Essa oposição remete, pela negação, ao discurso do outro como constitutivo do seu dizer. A construção das identidades políticas ocorre com base na negação do adversário, sem se estabelecerem características afirmativas, como propostas políticas que indiquem caminhos alternativos para a crise econômico-financeira que assola o país.

Isso leva a uma limitação de tomada de posições, acentuando o efeito polarizante das guerras culturais:

Sequência Discursiva 4

[...] a afirmação da identidade política – *ser de esquerda ou ser antipetista* e tudo o que isso implica – é mais importante do que a avaliação independente de cada um dos temas em discussão.

O campo antipetista se vê como defensor da lisura e da ética na política e não consegue entender como as pessoas do outro campo podem simplesmente defender um partido corrupto – por isso supõe que todo mundo “do lado de lá” está levando alguma vantagem, um pão com mortadela, um Bolsa Família, um cargo comissionado ou um projeto da Lei Rouanet.

A esquerda se vê como a guardiã da justiça social e trata qualquer um que se oponha ao legado social dos governos petistas como inimigo de classe, pessoas socialmente insensíveis que obviamente estão ocultando sob o manto da luta anticorrupção a defesa crua dos seus privilégios e interesses – de classe, mas também o de pessoas brancas, heterossexuais e cisgêneros.

Ser ético e combater a corrupção ou ser justo e combater a desigualdade são identidades que estão sendo politicamente mobilizadas por grupos de poder para promover projetos que nem sempre são éticos e nem sempre são socialmente justos.

À medida que a polarização avança, essas identidades estão sendo alargadas para cada vez incluir mais convicções políticas apaixonadas – agora, elas estão passando a incluir também a defesa da família, dos valores tradicionais e a punição dura aos criminosos, de um lado, e a defesa dos direitos de negros, mulheres e pessoas trans, de outro.

O jogo opositório que se firma pela negação inviabiliza outros sentidos possíveis para o debate político que estejam para além da dicotomia antipetismo/esquerda, colocando-os para fora da perspectiva do dizível. Nas formações imaginárias desses movimentos identitários, a imagem de si e do adversário se encontram cristalizadas (*O campo antipetista se vê como defensor da lisura e da ética na política e não consegue entender como as pessoas do outro campo podem simplesmente defender um partido corrupto; A esquerda se vê como a guardiã da justiça social e trata qualquer um que se oponha ao legado social dos governos petistas como inimigo de classe*) de forma que posições divergentes passam a ser remetidas, necessariamente a um dos polos.

Com isso, há uma sobredeterminação da posição discursiva em relação à situação empírica. As representações da polarização passam a intervir na formação social, colocando a relação de forças do debate público não sobre o trato que deveria ser dado coisa pública e as demandas sociais, mas sobre para a capacidade dos grupos de poder mobilizarem a opinião pública a seu favor, valendo-se das mais diversas convicções políticas e morais da população.

Diante disso, podemos afirmar que o gesto de leitura proposto por Ortellado, embora trate da polarização, posiciona-se fora dela, isto é, numa posição discursiva não polarizada, em que não há uma tomada de partido por um dos lados em questão. Porém, a leitura proposta por Ortellado é posta em questão por Luis Felipe Miguel em uma réplica ao artigo:

Sequência Discursiva 5

“A polarização não está nos deixando pensar”, escreveu

o colunista da Folha, Pablo Ortellado, alguns dias atrás. “Antipetistas” e “esquerda”, os dois polos que ele identifica no debate político brasileiro, se definiriam pela oposição àquilo que imputam ao outro. [...] Esse alinhamento automático faria com que os dois grupos, antipetismo e esquerda, se tornassem alvos fáceis da manipulação por “grupos de poder para promover projetos que nem sempre são éticos e nem sempre são socialmente justos”. *O subtexto – mas talvez eu o esteja vendo por saber que é a posição do autor, expressa em colunas anteriores – é que com tudo isso o povo brasileiro perde a oportunidade de se unir em torno da agenda que é comum a todos, como... o combate à corrupção.*

O autor questiona o texto de Ortellado, e suas respectivas teses, em razão do lugar em que ele enuncia o seu dizer: o de pensar uma agenda comum que reunisse os brasileiros a partir da pauta do combate à corrupção. Nas condições de produção desse discurso, a expressão *subtexto* remete à relação de sentido de ocultação, que seria a tentativa de Ortellado esconder sua posição política no artigo. Para Luis Felipe Miguel, o combate à corrupção não seria uma pauta central para uma agenda comum, além da caracterização da polarização não lhe parecer adequada para o atual cenário político:

Sequência discursiva 6

O que caracteriza o momento atual não é tanto a “polarização”, decorrência quase natural de uma conjuntura em que a reação endureceu suas posições, mas a emergência de um discurso forte de negação dos direitos. É necessário, sim, marcar distância desse discurso e disputar com ele milímetro a milímetro.

Neste sentido, *Ortellado está errado ao dar ao tema da corrupção a mesma centralidade que lhe concede o senso comum midiaticamente induzido.* A corrupção é, sim, um problema sério, que é efeito estrutural do casamento entre democracia política e capitalismo e que, em países com as características do Brasil, tende a assumir proporções endêmicas. Mas não se compara à destruição dos consensos que se buscava formar em torno de valores básicos de igualdade e cidadania.

Para o autor, a polarização não seria o real problema, mas a negação dos *direitos*. Esses direitos corresponderiam aos avanços sociais conquistados durante os anos de gestão do PT na presidência da república, evocados como uma conquista da esquerda e que estariam seriamente ameaçados pela atual conjuntura política. Por isso, seria necessário distanciar-se dessa negação e com ela disputar. O discurso da negação dos direitos é o adversário. Porém, o que está representado como objeto de disputa (o referente) entre os polos não são os direitos, mas a opinião pública, a capacidade mobilizar ou não as pessoas pela divisão. Podemos demonstrar isso no primeiro trecho selecionado da sequência, pelas marcas linguísticas *não tanto... mas* que exercem a função adversativa entre os termos *polarização* e *direitos*, dando primazia ao segundo, para, no período seguinte, fazer retornar a polarização como elemento constituinte de seu dizer pela necessidade de *marcar distância* e *disputar* as relações de força e de sentido na esfera pública: *É necessário, sim, marcar distância desse discurso e disputar com ele milímetro a milímetro.* A representação presente nesse discurso, inscreve-se no que denominamos mais acima de formações imaginárias polarizadas, posto que elas acentuam o antagonismo político e colam os dizeres destoantes dos seus ao outro polo do debate. Desse modo, o autor sugere que Ortellado, ao não situar-se no mesmo espectro político que ele, foi cooptado pelo adversário por ter dado primazia à temática da corrupção: *Ortellado está errado ao dar ao tema da corrupção a mesma centralidade que lhe concede o senso comum midiaticamente induzido.*

A partir dessas formações imaginárias, Luis Felipe Miguel caracteriza o discurso de Ortellado como reprodutor do conservadorismo, uma vez que ele não estaria tratando com clareza a divisão política pelo par direita/esquerda, substituindo-o pelo antipetismo/esquerda:

Sequência Discursiva 7

Não é por acaso, assim, que o colunista adota definição tão bizarra da polarização corrente no Brasil. Na oposição à “esquerda”, não está a direita, mas o “antipetismo”. A recusa à caracterização clara das posições da direita – favoráveis à manutenção das hierarquias sociais, anti-igualitárias, autoritárias – permite alimentar a fantasia de que é preciso transcender o conflito presente. Ao mesmo tempo, promove uma identificação subliminar entre esquerda e petismo, negando que o campo da esquerda não se define pela adesão a um determinado projeto de poder, mas a valores políticos que o ultrapassam.

O esforço de equivalência dos contrários move Ortellado à reprodução do discurso conservador contra a arte “degenerada”, travestido de antielitismo, num registro que poderia ser o de Donald Trump ou Magno Malta. É aqui que a estratégia do colunista revela sua debilidade. Como a polarização não é só a marola que ele descreve, mas remete a visões diversas da sociedade, manter a postura de isento e não-contaminado implica fazer concessões a enquadramentos antidemocráticos e mesmo antiliberais.

À sua maneira, o colunista da Folha se alinha à capa da Veja em que Lula e Bolsonaro aparecem como “extremistas” equivalentes ou ao editorial do Estadão pedindo envergonhadamente que não ocorram eleições. Mas o apelo à moderação é, na verdade, um pedido para que nós nos adaptemos a um ambiente social cada vez mais refratário aos direitos individuais e coletivos e mais descompromissado com a igualdade.

As formações imaginárias polarizadas ao caracterizarem o par antipetismo/esquerda como fantasioso, eliminam outras possibilidades de leitura da crise política brasileira, estabelecendo um monopólio da verdade, isto é, do efeito de verdade, para a representação sobre o problema, marcando a posição-sujeito de esquerda no texto como a de combate não só aos discursos de negação dos direitos, mas a qualquer discurso que possa se contraidentificar a narrativa por elas estabelecida. Mesmo o texto de Ortellado não oferecendo elementos discursivos que coloquem como intercambiáveis os termos petismo e esquerda, a imagem que Luis Felipe Miguel faz do lugar que Ortellado enuncia (o da direita) e a imagem que ele projeta que Ortellado tenha da esquerda (como a esquerda entende ser vista pela direita), coloca os dizeres de Ortellado alinhados ao conservadorismo ao compará-lo com os políticos conservadores (Donald Trump e Magno Malta).

Não aderir a polarização é visto como forma de legitimar o adversário (*fazer concessões a enquadramentos antidemocráticos e mesmo antiliberais* e se aproximar das mídias representantes desse bloco *o colunista da Folha se alinha à capa da Veja*). Além disso, a própria posição de moderação no debate público é entendida como um chamado à aceitação dos desmontes dos direitos sociais produzidos pelo atual governo e sua agenda reformista (*um pedido para que nós nos adaptemos a um ambiente social cada vez mais refratário aos direitos individuais e coletivos e mais descompromissado com a igualdade*). Há um apagamento da diferença em detrimento do realce da oposição pela negação, reproduzindo, pelo efeito polarizante, uma série de repetições perfiladas dos sentidos possíveis de circularem nesse debate: ou se é de esquerda ou se é de direita, ou se é a favor da proteção dos direitos sociais ou se é pelo combate contra a corrupção, ou se é a

favor da democracia ou se é contra a democracia. A tentativa de desviar-se disso é entendida como pretensão de neutralidade, o que, por sua vez, não seria um caminho possível:

Sequência Discursiva 8

A discussão superficial, restrita a slogans, que se vê nas velhas e novas mídias, realmente não estimula a reflexão. Fora destes espaços – em movimentos sociais, em núcleos universitários, em coletivos diversos – há um debate bem mais denso e produtivo, que seria importante reforçar, mas que o discurso da superação da divergência simplesmente apaga. É um debate que não se faz de uma perspectiva olímpica, de quem está acima dos conflitos. Ao contrário, está posicionado. Porque não é apenas a polarização cega que não nos deixa pensar. A pretensão de neutralidade tem o mesmo efeito, apagando os conflitos, descuidando dos interesses em jogo, desinflando as tensões que nascem da dinâmica social. Pensar também tem lado.

Em síntese, ter lado, nos dizeres de Luis Felipe Miguel, é aderir à dinâmica da polarização e assumir os seus efeitos, que seriam naturais da conjuntura política. A pretensão à neutralidade traria os mesmos problemas da polarização que são apontados no texto de Ortellado, com a diferença de que a neutralidade não seria uma posição possível no debate político, enquanto que a polarização seria seu caminho natural. Esse texto, suscitou uma tréplica de Ortellado:

Sequência Discursiva 9

O artigo de Luis Felipe Miguel defende que a tomada de posição é necessária, que “pensar tem lado” e que a atitude crítica da polarização nada mais é do que uma tomada de posição oculta, que apaga os conflitos, descuida dos interesses em jogo e desinfla as tensões que nascem da dinâmica social.

O texto [...] sugere que a crítica da polarização que ele mesmo descreveu como uma “discussão superficial” seria um “apelo à moderação” e uma “equivalência dos contrários”.

Mas por que a crítica da polarização levaria a uma defesa da moderação e do meio termo e não a posições diferentes e independentes? A polarização é uma camisa de força que constrange de tal maneira o entendimento que quando alguém quer fugir dos polos tem necessariamente que estar no centro do eixo?

Conforme os argumentos da réplica são retomados no texto, podemos observar que Luis Felipe Miguel, ao alinhar a crítica da polarização à uma posição oculta dentro da polarização, trabalham em seu dizer a tentativa de desqualificar a crítica polarização (*discussão superficial, apelo a moderação, equivalência dos contrários*). Ao contra-argumentar essa desqualificação, as *formações imaginárias polarizadas* são postas em questão (*por que a crítica da polarização levaria a uma defesa da moderação e do meio termo e não a posições diferentes e independentes?*), sendo essa contraposição feita pelas *formações imaginárias sobre a polarização*, que deslocam os sentidos do debate para um espectro mais amplo, o do funcionamento ideológico das guerras culturais, para, a partir desse enquadramento, situar o problema.

Dando continuidade à tréplica, Ortellado mostra como o posicionamento de Luis Felipe Miguel se identifica com setores da esquerda que estão dentro do processo da polarização e que ele designa como *anti-antipetismo*:

Sequência discursiva 10

A polarização, lembra Luis Felipe Miguel, é um processo real, “não é marola” e “remete a visões diversas da sociedade”. Como no artigo eu em nenhum momento neguei que haja divergência, muito pelo contrário, quero crer que o que ele quer dizer com “não é marola” é que há bases reais (materiais talvez?) para essa divergência, para além dos equívocos de parte a parte. Essa é, sem tirar nem por, o centro da visão da esquerda que se deixou levar pela polarização – o que, nos estudos que conduzo com meus colegas Esther Solano e Márcio Moretto, gostamos de chamar de “anti-antipetismo”.

O anti-antipetismo acredita que entrar no jogo da polarização é necessário porque ele seria expressão da luta de classes. Essa crença se baseia numa série de suposições, algumas completamente equivocadas e outras bastante questionáveis.

Ela normalmente supõe que, na polarização que tomou a sociedade civil, temos, de um lado, a classe trabalhadora em defesa de seus interesses e, do outro, uma classe média mesquinha que se nega a abrir mão dos seus privilégios. Isso não poderia ser mais equivocado. Todos os estudos empíricos sobre as mobilizações que se deram desde quando a polarização foi deflagrada, em 2014, mostram que o perfil de renda e de educação formal dos dois grupos é muito semelhante. Quem está polarizado, nas ruas e nas redes, são, na maioria, pessoas de classe média, altamente escolarizadas e geralmente mais velhas.

Ao identificar a polarização como expressão da luta de classes, opera, no anti-antipetismo, a representação do antipetismo e da esquerda em blocos não apenas antagônicos, mas também internamente homogêneos, como que não configurassem contradições dentro dos próprios movimentos. O efeito de homogeneidade que opera nas formações imaginárias polarizadas apaga as contradições que estruturam a sua divisão. Nesse sentido, cumpre retomar os dizeres de Pêcheux (2016, p. 272): “As contradições das lutas de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas”. Dito de outro modo: no âmbito da política, a luta de classes é a disputa por significação, não estando os sentidos dessa disputa colados à um dos polos, mas em movimento, deslizando para além da tentativa de cristalizá-las que o efeito polarizante promove. Ao mostrar que os setores que apresentaram mais adesão ao discurso da polarização são de *classe média, altamente escolarizadas e geralmente mais velhas*, o discurso de Ortellado se contrapõe tanto a imagem que o antipetismo faz de si (o antipetismo como anticorrupção), assim como a imagem que a esquerda faz de si (a esquerda como defensora da justiça social) e que ambos fazem do referente (a opinião pública), pois não entende que os discursos desses grupos dividam a sociedade ao meio (entre manifestações populares e elitistas), porém que eles constituem uma forma de persuadi-la para essa cisão.

Para ele, os grupos guardam não apenas relações de antagonismo, mas também de convergência – cruzando-se pautas conservadoras e progressistas num mesmo grupo –, e esse seria o ponto que o fenômeno da polarização ainda não teria conseguido desfazer:

Sequência discursiva 11

Podemos supor então, para testar o argumento, que embora os grupos mobilizados nas ruas e nas redes sejam parecidos, que suas opiniões sobre os temas sociais são profundamente diferentes. E embora, de fato, haja bastante e cada vez mais divergência entre eles, há ainda muita convergência que a polarização não conseguiu desfazer.

Quando aplicamos questionários aos manifestantes que defendiam a saída de Dilma, descobrimos, por exemplo, que mais de 95% deles defendiam o caráter público, gratuito e universal dos serviços públicos de saúde e de educação, o que não parece uma atitude de “direita” em nenhum sentido próprio do termo.

A propósito, não chamei esse campo que pediu a saída de Dilma de “direita”, como exige Luis Felipe Miguel, porque não é assim que ele se reconhece. *Tanto pesquisas realizadas com manifestantes nas ruas, como análises de publicações nas mídias sociais mostram claramente que a identidade que organiza e orienta esse campo é a de “antipetista” e não a de “direita” ou de “conservador”/ “conservadora”. Tratar esse campo como “antipetista” é descrevê-lo segundo seu próprio entendimento – e chamá-lo de “direita”, como muitas vezes quer a esquerda polarizada, seria o mesmo que chamar a esquerda de “corrupta” que é como o outro lado a vê.*

É esse consenso oculto em defesa dos direitos sociais, que sobrevive às forças centrífugas da polarização, aquilo a que eu normalmente me refiro quando sugiro que precisamos deixar a polarização de lado – e não apenas a luta anticorrupção, como supõe Luis Felipe Miguel. Esse equívoco de reduzir uma posição pública minha (nesta coluna na Folha, por exemplo) a apenas um dos seus elementos e justamente aquele que nega a posição do anti-antipetismo diz muito sobre como a polarização nos limita, fazendo ver no adversário apenas a negação daquilo que defendemos.

As relações de sentido que se estabelecem no discurso antipetista indicam que, além da perspectiva moralizante, ele também é atravessado pelo discurso da justiça social, advindo historicamente do campo da esquerda. A contradição que opera na imagem que o antipetismo faz de si, em que o punitivismo e a defesa dos direitos sociais se entrelaçam, organiza-se e fornece a sua unidade pelo antagonismo radical ao PT e pela reprovação à política tradicional. Ao operar com as imagens que o antipetismo e a esquerda polarizada (anti-antipetismo) fazem de si, ao invés das imagens que eles fazem um do outro, os dizeres de Ortellado deslocam a compreensão do fenômeno para fora do efeito polarizante, uma vez que deixam de caracterizar os polos por uma oposição negativa para identificá-los por uma aproximação pelo consenso oculto que partilham.

Dessa forma, a luta anticorrupção e a defesa dos direitos sociais seriam pautas que levariam os sujeitos a se posicionarem para fora da polarização, pois apesar de comporem o quadro dessa disputa, elas o transcendem, permitindo aos sujeitos que se contraidentifiquem ao funcionamento ideológico das guerras culturais:

Sequência discursiva 12

Podemos supor, por fim, que *mesmo que os dois grupos polarizados sejam demograficamente parecidos e tenham importantes posições em comum que, ao se deixarem mobilizar por forças políticas antagônicas, pela esquerda, de um lado e pela direita, de outro, eles efetivamente passam a representar interesses sociais antagônicos.* E embora considere sociologicamente inapropriado entender qualquer grupo pela sua liderança, eu certamente concordaria que é a liderança quem conduz, tira proveito e dá sentido político à mobilização dos dois grupos.

Mas, aí, retornamos ao problema de início. Meu argumento na coluna é justamente que *a polarização é a exploração de paixões políticas construídas sobre visões equivocadas do outro, gerando um antagonismo falseado, automático e destrutivo que nos impede de pensar, mas também de trabalhar sobre a agenda que temos em comum*: a defesa dos direitos sociais e a ojeriza à corrupção que nada mais é do que a apropriação privada do patrimônio público.

Ao invés disso, vimos nossa agenda comum ser cortada a meio e fomos jogados uns contra os outros em benefício de projetos políticos muito duvidosos que, de um lado, destroem sem pudor todos os direitos que vimos construindo desde 1988 e, de outro, nos diz que só podemos manter esses direitos e mesmo assim parcialmente se destruímos terras indígenas.

Na oposição à dicotomia produzida pela polarização, inscreve-se no texto de Ortellado, a possibilidade de ruptura com o discurso da política enviesada. Do interior da polarização, é possível pensar o seu desmonte, lhe fazer resistência, rompendo com o círculo de repetição que formações imaginárias polarizadas impõem (ou se é de... ou se é de...) para, em torno de uma agenda comum, trabalhar a mobilização social e a compreensão política que permitam a tomada de posição independente do efeito polarizante que explora as *paixões políticas construídas sobre visões equivocadas do outro*. Isso, por sua vez, traz à existência uma oposição ao discurso da dominação. O campo de disputa entre o *eu* e o *adversário* deixa de se situar entre a própria população e insurge contra a ideologia dominante, seja ela manifesta no discurso do desmonte dos direitos, ou no discurso contra esse desmonte, mas que pressupõe alianças partidárias com políticos contrários a esses direitos e com empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção.

Considerações Finais

A partir da discussão teórica e da análise empreendida neste artigo, gostaríamos de traçar alguns apontamentos acerca do fenômeno das guerras culturais e do seu efeito polarizante.

Ao tomar como corpus o debate travado entre os dois articulistas, procuramos observar como a polarização trabalha, nos discursos, um conjunto de imagens que inviabilizam o debate político para além da dicotomia por ela produzida. O caso brasileiro guarda uma profunda relação com os embates do processo eleitoral ocorrido em 2014, em que a divisão em torno das candidaturas da então presidente Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves se acirrou no segundo turno da corrida presidencial. Os eventos que desdobraram após isso também contribuíram no desenvolvimento do fenômeno: as manifestações de pedido de impeachment e em defesa da presidente reeleita em 2015; o afastamento e a deposição da presidente em 2016; as reformas antipopulares promovidas pelo presidente Michel Temer, após a saída de Rousseff, e os escândalos de corrupção em que ele estava envolvido e que vieram a público. Ao que também podemos acrescentar outros fatores, como as investigações da operação Lava-Jato, promovida pela Polícia Federal, e seus desdobramentos na política e na mídia, e o agravamento da crise financeira do país.

Em nosso estudo, não tivemos a pretensão de fazer um traçado histórico sobre esses problemas, porém o de tomar um caso particular a fim de observar em que medida as práticas discursivas afetadas pela polarização funcionam no debate público. Acreditamos, nesse sentido, que o nosso recorte fornece um ponto de observação privilegiado, que é o da discussão entre dois estudiosos que, assumindo vieses distintos, dedicam-se a pesquisar a história recente da política brasileira.

O pressuposto que orientou a análise, o de que as diferenças e contradições observadas no corpus se situavam nas formações imaginárias que dominam os textos em seu conjunto, sendo elas identificáveis pelas relações de antecipação do dizer do outro nessas formações, tornou-se mais evidente, sobretudo, na réplica e na tréplica do debate. As posições-sujeito dos articulistas, orientadas *pelas formações imaginárias sobre a polarização e as formações imaginárias polarizadas*,

demonstraram as orientações ideológicas que então em jogo: a de uma tentativa de ruptura com a polarização e a de uma manutenção desse processo.

Ainda que se possa defender que o posicionamento de Ortellado tenha se mostrado mais consistente do que o de Luis Felipe Miguel na discussão, o nosso intuito não foi o de avaliar qual seria o melhor debatedor, mas sim o de compreender como, discursivamente, os argumentos apresentados no debate adquirem seus sentidos e suas implicações no campo político. Nesse sentido, observamos que as formações imaginárias polarizadas não levam em consideração em suas representações como a população enxerga os polos (antipetismo/esquerda), mas tão somente a negação do adversário, isto é, a antecipação pela negação, estando elas orientadas pelo funcionamento ideológico das guerras culturais. O efeito polarizante intervém na formação social, colocando a relação de forças do debate público sobre a capacidade dos grupos de poder de mobilizarem a opinião pública a seu favor, valendo-se das convicções e paixões políticas da população. A ausência de características afirmativas na produção das identidades que se formam a partir desse processo, inviabiliza a construção de propostas que indiquem caminhos alternativos para a crise econômico-financeira brasileira.

Por último, gostaríamos de fazer um adendo sobre o tema. A situação que desencadeou o debate analisado foi a réplica de Luis Felipe Miguel. Curiosamente, o mesmo autor foi alvo, recentemente, do efeito polarizante por parte do Ministro da Educação, Mendonça Filho. O professor, em fevereiro de 2018, ofertou no curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, uma disciplina intitulada *Tópicos especiais em Ciência Política: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*. Mendonça Filho, ao tomar conhecimento desse fato, ameaçou publicamente acionar a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF), alegando improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela disciplina, acusando-os de propaganda partidária (OGLOBO, 2018). Em solidariedade a Luis Felipe Miguel, Ortellado saiu em sua defesa em sua conta pessoal no Facebook, endossando a liberdade de cátedra do professor e se posicionando contra o patrulhamento ideológico promovido pelo Ministro da Educação:

A decisão do MEC de questionar o programa de curso do professor Luis Felipe Miguel, da UnB, é uma perigosa violação da liberdade de cátedra. Se esse governo fosse sério, seria motivo suficiente para a demissão do ministro Mendonça Filho.

Eu não tenho qualquer acordo com as teses do professor Luis Felipe, mas elas integram uma interpretação legítima sobre um processo político recente -- interpretação, aliás, que é defendida, com variações, por uma parcela expressiva da ciência social brasileira.

O Ministério da Educação não pode e não deve se ocupar do conteúdo programático dos cursos das universidades sob o risco de conferir ao Estado o poder de censurar ou suspender investigações críticas sobre políticas públicas ou investigações científicas que contrariem orientações de governo. Não faz bem para a democracia e não faz nada bem para a ciência.

Quem discorda da tese do professor Luis Felipe Miguel pode publicar artigos com interpretações concorrentes e pode propor cursos com abordagens alternativas (ORTELLADO, 2018 [não paginado]).

A nosso ver, parece ser mais útil à defesa dos direitos sociais e da liberdade de reflexão universitária, advindos do pensamento e da prática política democrática, do que a cisão promovida pela polarização que, por conseguinte, atinge o meio universitário. O espaço que pode marcar um ponto de ruptura com o discurso da dominação está no trabalho sobre o comum, isto é, as múltiplas formas do cotidiano em que somos afetados pela política dominante, o que não implica na negação

de interpretações divergentes sobre o problema, tal como pretendem os discursos polarizados, mas em salvaguardar a diferença e a pluralidade de posições.

Referências

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma da previdência. **Em Debate**, Belo Horizonte. v. 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017. Disponível em: <opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 28/12/17.

MIGUEL, Luis Felipe. Pensar também tem lado: resposta ao texto de Pablo Ortellado. **Carta Capital**. 23 nov. 2017. Disponível em: <justificando.cartacapital.com.br/2017/11/23/pensar-tambem-tem-lado-resposta-ao-texto-de-pablo-ortellado/>. Acesso em: 23/11/2017.

OGLOBO. **MEC vai acionar MPF contra disciplina da Unb sobre o 'Golpe de 2016'**. 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-acionar-mpf-contra-disciplina-da-unb-sobre-golpe-de-2016-22420187>>. Acesso em 24/02/2018.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORTELLADO, Pablo. A polarização não está nos deixando pensar. **Jornal Folha de São Paulo**. 21 nov. 2017. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/11/1936897-a-polarizacao-nao-esta-nos-deixando-pensar.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 23/11/2017.

_____. Independência não é meio termo: resposta a Luis Filipe Miguel. **Carta Capital**. 29 nov. 2017. Disponível em: <justificando.cartacapital.com.br/2017/11/29/independencia-nao-e-meio-termo-resposta-luis-felipe-miguel/>. Acesso em: 29/11/2017.

_____. Publicação em Rede Social. **Facebook**. 23. fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ortelladopablo/posts/1767547199977512?pnref=story>. Acesso em: 23/02/2018.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 61-161.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

_____. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

THOMSON, Irene Taviss. **Culture Wars and Enduring American Dilemmas**. Michigan: University of Michigan Press, 2010.

ZIMMERMANN, Narjara; SILVA, Henrique César da. O mecanismo de antecipação aplicado à análise discursiva de entrevistas: imaginários de leitura de professores na educação científica. **Revista Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 16, p. 33-51, 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/epec/v16n2/1983-2117-epec-16-02-00033.pdf>. Acesso em: 21/12/2017.